

CARGO

FISCAL DE TRIBUTOS

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (quarenta) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

MARQUE ASSIM



NÃO MARQUE ASSIM



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

5. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Sem sacrifício não há vitória.

6. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta, contadas a partir da autorização dada pelo Fiscal de Sala.

7. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.

8. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

9. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 15 minutos antes do término da prova.

10. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno e do edital nº 01/2018 poderá implicar na anulação da sua prova.

11. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

12. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site www.ifepbr.org.br/.

BOA PROVA A TODOS!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder as questões de 01 a 04.

01 O caboclo mal-encarado que encontrei um dia em casa do Mendonça também se acabou em desgraça. Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se.

05 Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se: um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se.

10 Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi a aguardente.

15 Concluiu-se a construção da casa nova. Julgo que não preciso descrevê-la. As partes principais aparecem ou aparecerão; o resto é dispensável e apenas pode interessar aos arquitetos, homens que provavelmente não lerão isto. Ficou tudo confortável e bonito. Naturalmente deixei de dormir em rede. Comprei móveis e diversos objetos que entrei a utilizar com receio, outros que ainda hoje não utilizo, porque não sei para que servem.

19 Aqui existe um salto de cinco anos, e em cinco anos o mundo dá um bando de voltas.

(Fragmento de "São Bernardo" – Graciliano Ramos)

QUESTÃO 01

Em "Essa gente quase nunca morre direito.", tem-se:

- (a) um período composto em que "Essa gente" é o sujeito da oração.
- (b) um período simples em que "Essa gente" é o predicado da oração.
- (c) um período simples em que "Essa gente" é o sujeito da oração.
- (d) um período misto, composto por subordinação e coordenação.
- (e) um período simples em que "quase nunca" é o sujeito da oração.

QUESTÃO 02

Na linha 01, "...que encontrei um dia em casa do Mendonça.." é uma oração subordinada:

- (a) adjetiva restritiva.
- (b) adjetiva explicativa.
- (c) substantiva subjetiva.
- (d) adverbial causal.
- (e) adverbial final.

QUESTÃO 03

Em "Julgo que não preciso descrevê-la", na linha 11, o "que" é classificado como:

- (a) pronome relativo.
- (b) pronome demonstrativo.
- (c) pronome indefinido.
- (d) conjunção integrante.
- (e) conjunção aditiva.

QUESTÃO 04

Na linha 6, a expressão "...e foi a conta" pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (a) ... quase o matou.
- (b) ... foi o quanto bastou.
- (c) ... foi na cabeça.
- (d) ... quase não se salva.
- (e) ... foi o suficiente para se salvar.

Leia o texto abaixo para responder as questões de 05 a 07.



revistascartum.blogspot.com.br/ acesso em 28/02/2018

QUESTÃO 05

O cartum apresenta ideias que remetem a um conhecimento prévio ligado a:

- (a) regras de boa conduta à mesa.
- (b) regras de pontuação da língua portuguesa.
- (c) regras de cortesia entre o freguês e o garçom.
- (d) regras de uso da acentuação gráfica.
- (e) regras da nova ortografia da língua portuguesa.

QUESTÃO 06

A comicidade do texto está presente

- (a) no pedido de desculpas do cliente, ao corrigir o garçom.
- (b) na fala do garçom chamando o cliente de "cavalheiro".
- (c) na educação entre o cliente e o garçom.
- (d) no ato de o garçom apagar o que foi escrito.
- (e) na grosseria do garçom em não aceitar o erro.

QUESTÃO 07

Na fala do freguês, o "mas" introduz uma oração:

- (a) coordenada sindética adversativa.
- (b) coordenada sindética aditiva.
- (c) coordenada sindética explicativa.

(d) subordinada adverbial concessiva.

(e) subordinada adverbial conformativa.

QUESTÃO 08

assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas no período a seguir: Na última ____ da diretoria, o ____ pneumologista apresentou ____ razões para que o hábito de fumar seja ____ da sociedade.

(a) sessão, iminente, fragrantas, proscrito

(b) seção, iminente, fragrantas, prescrito

(c) sessão, eminente, flagrantes, proscrito

(d) seção, iminente, flagrantes, prescrito

(e) cessão, eminente, fragrantas, proscrito

QUESTÃO 09

Todas as alternativas apresentam a correta classificação da formação da palavra grifada, EXCETO em:

(a) A plantação de girassóis está maravilhosa. (composição por aglutinação)

(b) Cantar é o sonho que ela acalenta há anos. (derivação regressiva)

(c) O guarda-chuva era todo florido. (composição por justaposição)

(d) A manhã estava ensolarada. (derivação parassintética)

(e) Infelizmente, ele desistiu da festa. (derivação prefixal e sufixal)

QUESTÃO 10

Os vocábulos diminutivos no plural estão corretamente aplicados em:

(a) Os anelzinhos da menininha eram todos de ouro.

(b) Os farolzinhos na escultura chamavam a atenção dos passantes.

(c) Os pezinhos de rosa naqueles barrilzinhos eram encantadores.

(d) Os pãozinhos de batata ficaram deliciosos.

(e) Os botõezinhos da blusa eram florezinhas delicadas.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, compete ao município:

I- Instruir e arrecadar os tributos de sua competência;

II- Administrar seu patrimônio;

III- Recusar fé aos documentos públicos.

Dos itens acima:

(a) Apenas o item II está correto.

(b) Apenas os itens I e III estão corretos.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens I e II estão corretos.

(e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 12

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é vedado ao município:

(a) Legislar sobre assuntos de interesse local.

(b) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual.

(c) Criar distinção entre os brasileiros ou preferência entre si.

(d) Dispor sobre serviços funerário e cemitério.

(e) Promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local observadas a Legislação e Ação Fiscalizadora Federal e Estadual.

QUESTÃO 13

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é da competência do Município em comum com a União e o Estado, exceto:

(a) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e às ciências.

(b) Preservar as florestas, a fauna e a flora.

(c) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.

(d) Impedir a evasão destruição e descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico ou culturais.

(e) Outorgar isenções ou anistias fiscais e permitir a remissão de dívidas sem interesse público.

QUESTÃO 14

Responda (V) verdadeiro ou (F) falso. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:

()- Elegger sua mesa e destitui-la, na forma regimental;

()- A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

()- Elaborar e votar seu regimento interno.

(a) V-V-F.

(b) F-F-V.

(c) V-V-V.

(d) V-F-V.

(e) V-F-F.

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, analise o trecho e assinale a alternativa que completa respectivamente as lacunas:

O Poder Executivo é exercido pelo _____, auxiliado por _____.

(a) Prefeito Municipal / Secretários Municipais.

(b) Vereador / Secretários Municipais.

(c) Prefeito Municipal / Vice Prefeito.

(d) Vereador / Primeiros Ministros.

(e) Deputado / Vereadores.

QUESTÃO 16

Conforme a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, são bens municipais:

I- Bens móveis e imóveis de seu domínio pleno, direto ou útil;

II- Direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Estado ou país de origem;

III- Renda proveniente do exercício de suas atividades e da prestação de serviços.

Dos itens acima:

(a) Apenas o item I está correto.

(b) Apenas os itens I e III estão corretos.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens I e II estão corretos.

(e) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 17

Responda (V) verdadeiro ou (F) falso. De acordo com a Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, a concessão administrativa de bens públicos de uso comum só poderá ser outorgada para finalidades:

()- De assistência social;

()- Escolares;

()- De assistência pessoal;

()- Turística.

(a) V-V-V-F.

(b) F-F-F-V.

(c) V-V-F-V.

(d) V-F-F-V.

(e) V-V-F-F.

QUESTÃO 18

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

O município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a _____.

(a) Exclusão Social.

(b) Insegurança Social.

(c) Seguridade Social.

(d) Indisciplina Social.

(e) Intervenção Social

QUESTÃO 19

Segundo a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA, os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o:

(a) Tribunal Contas da União.

(b) Tribunal Regional do Trabalho.

(c) Tribunal de Justiça do Estado.

(d) Tribunal de Contas do Estado.

(e) Tribunal da Cidadania.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa incorreta. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santa Cruz Cabralia – BA:

(a) A abertura do crédito extraordinário somente será admitido para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública, decretadas pelo Prefeito.

(b) A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município poderá exceder o limites estabelecidos em Lei Complementar Federal.

(c) O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

(d) A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social.

(e) Os Vereadores são invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

QUESTÃO 21

De acordo com o Código Tributário Nacional, a competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra. Sobre a indelegabilidade da competência tributária e a possibilidade de se atribuir as funções ora destacadas, assinale a alternativa incorreta:

(a) A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

(b) O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

(c) A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

(d) Se os Estados não exercerem a sua competência tributária, ela é automaticamente delegada à União.

(e) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

QUESTÃO 22

Sobre a obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

(a) A obrigação acessória nunca poderá ser convertida em obrigação principal.

(b) A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

(c) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(d) A obrigação principal sempre deverá ser convertida em acessória.

(e) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

QUESTÃO 23

O Código Tributário Nacional define o fato gerador da obrigação principal como a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. De acordo com o referido diploma legal, o fato gerador da obrigação acessória é:

(a) O mesmo fato gerador da obrigação principal.

(b) O descumprimento da obrigação principal que gera o pagamento de multa e juros.

(c) Apenas situações que acompanhem o fato gerador da obrigação principal, independente de previsão em lei.

(d) O pagamento da obrigação principal, independente de previsão em lei, gera a obrigação acessória de manter os comprovantes, ainda que não tenha previsão em lei a obrigação acessória sempre existirá.

(e) Qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

QUESTÃO 24

De acordo com o Código Tributário Nacional o Imposto sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município. O ente da federação competente para a instituição deste imposto é:

(a) Somente da União.

(b) Somente dos Municípios.

(c) Dos Estados e do Distrito Federal.

(d) Da União e dos Estados.

(e) Somente dos Estados.

QUESTÃO 25

A legislação tributária determina que o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. A base de cálculo do imposto é:

(a) O valor de mercado do imóvel.

(b) O valor pago na aquisição do imóvel.

(c) O valor do terreno onde está localizado o imóvel, ainda que haja construção.

(d) O valor venal do imóvel.

(e) Metade do valor de mercado do imóvel.

QUESTÃO 26

São hipóteses de extinção do crédito tributário, exceto:

(a) Conversão do depósito em renda.

(b) Decisão administrativa irreformável.

(c) Remissão

(d) Decadência.

(e) Anistia.

QUESTÃO 27

Assinale a alternativa correta que corresponde à definição de tributo contida no Código Tributário Nacional:

(a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(b) Tributo é toda prestação pecuniária somente em dinheiro, que não constitua sanção de ato ilícito, independente de previsão legal e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(c) Tributo é toda prestação pecuniária somente em dinheiro, que pode constituir sanção de ato ilícito e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

(d) Tributo é toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, independente de previsão legal e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.

(e) Tributo é toda prestação pecuniária opcional, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente discricionária.

QUESTÃO 28

No título “Dos Crimes Contra a Administração Pública” no Código Penal, o crime de Advocacia Administrativa consome-se com a conduta típica de:

(a) Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.

(b) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

(c) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

(d) Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

(e) Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la.

QUESTÃO 29

quele que pratica conduta típica de “Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação” incorre no crime de:

(a) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

(b) Violência arbitrária.

(c) Violação de sigilo funcional.

(d) Violação do sigilo de proposta de concorrência.

(e) Condescendência criminosa.

QUESTÃO 30

Cláudio é dono de uma grande loja de pneus na cidade há mais de quinze anos. Ao longo dos anos, Cláudio sempre vende os pneus emitindo apenas comprovante manuscrito sem qualquer valor fiscal. Seus clientes nunca reclamaram da falta da nota fiscal. De acordo com a Lei no 8137/1990, a conduta da empresa de Cláudio constitui:

(a) Crime contra a ordem tributária de suprimir tributo, pela conduta de deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa a venda de mercadoria.

(b) Prática indevida, mas não punível, pois somente se considera crime contra a ordem tributária nas situações em que o consumidor solicita a nota e recebe a negativa, o simples fato de deixar de fornecer não constitui crime.

(c) Prática em acordo com a legislação, pois o simples recibo manuscrito supre as necessidades de comprovação da compra da mercadoria.

(d) Conduta atípica, não há crime previsto e tampouco irregularidade.

(e) Infração administrativa, punível com multa.

QUESTÃO 31

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da Lei no 8429/1992. De acordo com a referida lei, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente:

(a) Está sujeito às cominações da lei até metade do valor da herança.

(b) Não está sujeito às cominações da lei, pois não foi o responsável pela conduta ímproba.

(c) Não está sujeito às cominações da lei, mas o valor que deve ser restituído pelo ato de improbidade deverá ser pago até um quarto do limite do valor da herança.

(d) Está sujeito às cominações da lei além do limite do valor da herança, devendo responder com o próprio patrimônio.

(e) Está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.

QUESTÃO 32

São hipóteses de sanção administrativa aplicáveis em caso de abuso de autoridade, exceto:

(a) Detenção por dez dias.

(b) Advertência.

(c) Suspensão.

(d) Demissão.

(e) Destituição de função.

QUESTÃO 33

A Constituição Federal de 1988 estabelece ao longo dos incisos do artigo 5º os direitos e deveres individuais e coletivos. Em relação à tais direitos e deveres, assinale a alternativa correta:

(a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita para todos, independente da comprovação ou não de insuficiência de recursos.

(b) A lei pode restringir a publicidade de qualquer ato processual, sem nenhum requisito.

(c) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder somente é assegurado mediante o pagamento de taxas.

(d) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(e) É permitida a pena de banimento no ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são atos de competência privativa da Câmara dos Deputados, exceto:

(a) Elaborar seu regimento interno.

(b) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(c) Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

(d) Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

(e) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

QUESTÃO 35

O poder que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa; como no caso dos estudantes de uma escola pública é denominado de:

(a) Poder regulamentar.

(b) Poder hierárquico.

(c) Poder disciplinar.

(d) Poder de polícia.

(e) Poder normativo.

QUESTÃO 36

Tratando-se da classificação dos atos administrativos quanto à forma, assinale a alternativa correta:

(a) Despacho é o ato administrativo que contém decisão das autoridades administrativas sobre assunto de interesse individual ou coletivo submetido à sua apreciação.

(b) Circular é a forma de que se revestem os atos individuais ou gerais, emanados do Chefe do Poder Executivo.

(c) Resolução é o instrumento pelo qual a Administração Pública confere licença ou autorização para a prática de ato ou exercício de atividade sujeitos ao poder de polícia do Estado.

(d) Portaria é o instrumento de que se valem as autoridades para transmitir ordens internas uniformes a seus subordinados.

(e) Alvará é forma de que se revestem os atos, gerais ou individuais, emanados de autoridades outras que não o Chefe do Executivo.

QUESTÃO 37

Diego falsificou o bilhete único de transporte viário e metroviário da empresa de transportes administrada pelo Município Alpha. Tal conduta é tipificada como crime contra a fé pública no Código Penal. Assinale a alternativa que corresponde ao crime praticado por Diego:

(a) Petrechos para falsificação de moeda.

(b) Petrechos de falsificação.

(c) Falsidade ideológica.

(d) Emissão de título ao portador sem permissão legal.

(e) Falsificação de papéis públicos.

QUESTÃO 38

Luísa deixou por indulgência, de responsabilizar Carlos, seu subordinado que cometeu infração no exercício do cargo público. Assinale a alternativa correta em que consta o crime cometido por Luísa:

(a) Excesso de exação.

(b) Facilitação de contrabando.

(c) Condescendência criminosa.

(d) Prevaricação.

(e) Concussão.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei no 8429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. Sobre a periodicidade da atualização da declaração de bens, assinale a alternativa correta:

(a) Deve ser atualizada anualmente e na data em que o agente deixar o cargo, mandato emprego ou função.

(b) Deve ser atualizada semestralmente.

(c) Deve ser atualizada trimestralmente.

(d) Deve ser atualizada somente na data em que o agente deixar o cargo, mandato, emprego ou função.

(e) Não necessita de atualização.

QUESTÃO 40

Sobre a classificação das constituições, assinale a alternativa correta.

(a) Constituição formal consiste no conjunto de regras materialmente constitucionais, estejam ou não codificadas em um único documento.

(b) Constituição dogmática é fruto da lenta e contínua síntese da História e tradições de um determinado povo.

(c) As constituições sintéticas preveem somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado, organizando-o e limitando seu poder, por meio da estipulação de direitos e garantias fundamentais.

(d) São outorgadas, também denominadas democráticas ou populares, as Constituições que derivam do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.

(e) São rígidas as constituições onde se veda qualquer alteração, constituindo-se relíquias históricas.

